

OS AMIGOS DE DURRUTI E A CRÍTICA REVOLUCIONÁRIA DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA

Autor: Igor Pasquini Pomini

Doutorando pela Universidade de São Paulo

igorpomini@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho busca compreender as motivações e o surgimento dos Amigos de Durruti, uma oposição interna da Confederação Nacional do Trabalho que surgiu durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e que foi objeto de polêmica dentro dos meios libertários, com destaque para a pugna entre eles e os comitês responsáveis da CNT. A partir da contextualização dos eventos iniciais da Guerra Civil Espanhola e da decadência do processo revolucionário e autogestionário, e se utilizando da publicação periódica dos Amigos de Durruti, que se intitulava El Amigo del Pueblo e passou a ser publicado pouco tempo depois das Jornadas de Maio, busca-se entender os motivos das disputas entre os Amigos e os Comitês, para assim elucidar as contradições existentes no seio do movimento libertário espanhol, e que influenciou diretamente no resultado final da contenda miliar.

Palavras-Chave: anarquismo; revolução espanhola; Amigos de Durruti

Em 19 de julho de 1936 se iniciou a Guerra Civil Espanhola, que duraria até 1 de abril de 1939. Seu estopim foi uma tentativa de golpe militar, que falhou por conta da inesperada resistência por parte dos trabalhadores. Estes, armados e organizados em milícias formadas por partidos e sindicatos, deram início a um contra-ataque para tentar recuperar as regiões que ficaram nas mãos dos militares, desencadeando o conflito que duraria quase três anos. A partir da Catalunha, principalmente da cidade de Barcelona, partiram uma série de centúrias rumo à Aragão, na tentativa de retomar a cidade de Zaragoza, que surpreendentemente caiu em mãos dos militares.

Mas ao mesmo tempo em que se iniciou o conflito armado, se desencadeou também um processo revolucionário de grande envergadura, cuja característica era, no campo da produção, a tomada e gestão dos meios de produção e troca feitos diretamente

pelos que neles se ocupavam, o que comumente se denomina autogestão¹. Mas a autogestão não se deu apenas no campo da produção. No campo político apareceram os comitês de cidade, povoado ou de bairro, que assumiram a gestão de seu perímetro de forma direta, substituindo os derrocados poderes republicanos.

El auténtico poder de ejecución y resolución estaba en la calle, era el poder del proletariado en armas, y lo ejercían los comités locales, de defensa y de control obrero, expropiando espontáneamente fábricas, talleres, edificios y propiedades; organizando, armando y transportando al frente los grupos de milicianos voluntarios que previamente habían reclutado; quemando iglesias o convirtiéndolas en escuelas o almacenes; formando patrullas para extender la guerra social; guardando las barricadas, ahora fronteras de clase, que controlaban el paso y manifestaban el poder de los comités; poniendo en marcha las fábricas, sin amos ni directivos, o reconvirtiéndolas para la producción bélica; requisando coches y camiones, o alimentos para el comité de abastos; “paseando” burgueses, fascistas y curas; sustituyendo a los caducos ayuntamientos republicanos, imponiendo en cada localidad su absoluta autoridad en todos los dominios, sin atender órdenes de la Generalidad, ni del Comité Central de Milicias Antifascistas (CCMA). La situación revolucionaria se caracterizaba por una **atomización del poder**. (GUILLAMÓN, 2011, p.100-01)

O processo revolucionário teve seu epicentro na região da Catalunha, especialmente na cidade de Barcelona. Nesta região – como em boa parte da Espanha –, quem detinha a maior força no interior do movimento operário era a CNT², que praticamente o monopolizava. Assim, foram seus militantes quem deram maior fôlego aos processos autogestionários que se espalharam por toda a Espanha não controlada pelos militares, embora todas as forças políticas que sobraram depois do golpe militar no lado comumente chamado de Republicano tenham, de alguma forma, participado dela, mesmo que contrariassem as consignas de seus dirigentes³. Tal escopo ia desde anarquistas e comunistas, seguidores do regime de Moscou ou não, passando por republicanos ou até mesmo grupos religiosos, embora em menor medida.

¹ Na época o termo utilizado para se referir às empresas que estavam em autogestão era “coletivização”. Havia também a palavra “socialização”, que era usada para se referir às empresas que estavam em autogestão e que formavam um conglomerado com as empresas do mesmo ramo.

² Confederação Nacional do Trabalho. Era a principal central sindical espanhola do período e tinha como ideologia o anarquismo e o sindicalismo revolucionário.

³ Praticamente todas as correntes políticas que existiam no campo da República Espanhola participaram, em maior ou menor medida, dos processos de autogestão, mas isso não queria dizer que suas organizações apoiassem o movimento coletivizador. Um bom exemplo disso são os comunistas que estavam no partido oficial, ligado ao regime de Moscou. O PCE, e sua sucursal na Catalunha, o PSUC, se colocaram contra o movimento coletivizador desde o início, pois entendiam a contenda espanhola não como uma guerra de classes, mas como uma guerra de libertação nacional e antifascista, onde o que importava era garantir a independência do país e a derrota do fascismo, adiando ou mesmo eliminando o apoio ao processo revolucionário.

Iniciado o conflito e o processo revolucionário, logo apareceram as primeiras brechas entre os dirigentes sindicais e os trabalhadores nos meios sindicais anarquistas. Já nos primeiros dias, o grande dilema que se abateu nos meios libertários era a questão do poder. Os anarquistas deveriam instaurar imediatamente o comunismo libertário? Isso não seria a uma “ditadura anarquista”? Era possível uma “ditadura anarquista”? Ou eles deveriam partir para a colaboração com as outras forças políticas, o que equivaleria a adiar a revolução? O que era prioridade, a guerra civil e a vitória sobre o fascismo que ameaçava tomar toda a Espanha – e que se espalhava pelo continente europeu – ou o processo revolucionário levado a cabo principalmente pelos militantes anarquistas? Era possível separar a guerra civil do processo revolucionário? Essas e outras questões similares estavam na ordem do dia e foram alvo de grandes controvérsias nos meios libertários durante todo o conflito.

Ao fim dos combates em Barcelona, Companys, Presidente da Generalitat⁴, chamou os líderes da CNT para uma conversa no Palácio da Generalitat. Segundo Oliver (1978), Companys reconheceu que foram os anarcossindicalistas quem derrotou os sublevados em Barcelona, e que eles também eram os donos da cidade. E como tal, podiam solicitar sua colaboração ou então mandá-lo embora, mas que ele, Companys, estava decidido a lutar e achava que poderia ser útil na luta antifascista, além de dizer que desejava que a Catalunha estivesse à frente dos países mais adiantados em matéria social. Companys também disse que estava disposto a assumir todas as responsabilidades, e que desejava que todos lutassem unidos em um mesmo organismo de combate, que poderia ser um Comitê Central de Milícias Antifascistas, que assumiria a luta na região da Catalunha. Acrescentou então que isso poderia ser feito imediatamente, pois havia convocado representantes de todas as organizações. Todos então foram para a sala ao lado, e lá estavam eles. Segundo Oliver, ele respondeu a Companys que não poderia dar um veredito imediatamente, mas que mandaria uma mensagem ao Comitê Regional da CNT e logo daria uma resposta final. O Comitê Regional rapidamente deliberou e telefonou para Companys confirmando sua concordância com a formação do Comitê Central de Milícias Antifascistas⁵, embora de forma provisória e com a condição de se

⁴ Generalitat, ou Generalidad, em espanhol, é como é chamado o governo regional da Catalunha.

⁵ O Comitê Central de Milícias Antifascistas foi um organismo criado logo no início do conflito militar e tinha como função coordenar a luta contra os militares insurretos. Ele tinha várias atribuições e controlava

colocar de acordo sobre a participação de cada setor. A decisão definitiva seria dada apenas após uma Plenária de Locais e Comarcais que se reuniria em 23 de julho. Na tarde do mesmo dia houve a primeira reunião do Comitê de Milícias, embora fosse de forma informal.

No dia 23 de julho ocorreu então a reunião em que se decidiu a entrada da CNT no Comitê de Milícias, abdicando assim à constituição de sua meta final, o comunismo libertário. Mas a reunião que ratificou a decisão do Comitê Regional foi uma Plenária conjunta CNT e FAI⁶, ou seja, uma Plenária de dirigentes, e não uma assembleia. E essa prática iria se tornar uma constante durante toda a Guerra Civil. As decisões importantes passariam cada vez mais a ser tomadas pelos dirigentes da CNT, FAI, Comitê Regional da Catalunha e pelos que exerciam cargos em órgãos de colaboração, e depois da decisão ser tomada elas eram referendadas nas Plenárias. Isso ocorria porque as decisões precisavam ser tomadas de forma rápida, e muitos viram isso como uma quebra dos princípios democráticos de horizontalidade e de federalismo, causando uma enorme avalanche de críticas aos Comitês posteriormente.

O recém-fundado Comitê de Milícias assumiu o controle da guerra e tudo o que se ligasse a ela, seja de forma direta ou de forma indireta. Assim, na Catalunha, o poder republicano carecia de uma força real, sendo ele dependente do Comitê de Milícias, embora a Generalitat participasse e tivesse representação nele. Por sua vez o Comitê de Milícias era dependente dos comitês de bairro ou cidade, que era quem de fato detinha o poder no início do processo revolucionário.

Esos comités revolucionarios locales se habían constituido en auténticos estados-ciudad, o comités-gobierno, estableciendo multas y tributos, enrolando milicianos para el frente, formando patrullas de control para imponer su autoridad, realizando obras públicas financiadas con impuestos revolucionarios para resolver el paro masivo, expropiando fábricas y talleres que eran colectivizados, imponiendo un nuevo modelo educativo racionalista, incautando edificios y alimentos, comprando armas en el extranjero, sosteniendo hospitales y comedores gratuitos, y un largo etcétera. Los ayuntamientos habían sido sustituidos por esos comités locales,

diversas áreas, como as milícias, o fornecimento de víveres para as tropas, a ordem pública na retaguarda, etc. Durante o tempo em que ele esteve ativo, os anarquistas sempre tiveram a supremacia, o que fez com que o Comitê de Milícias não colocasse grandes travas ao movimento coletivista que se iniciou logo no início do conflito. No entanto, de modo mais amplo, o Comitê de Milícias foi o primeiro órgão de colaboração de classes impulsionado pelos anarquistas e demais setores antifascistas.

⁶ Federação Anarquista Ibérica. Organização específica fundada em 1927 em Valência para combater as tendências reformistas dentro da CNT, e que teve um importante papel durante o processo revolucionário, quando ela e a CNT fizeram um acordo e passou a ser usada a sigla CNT-FAI.

arrebatando a la Generalidad la menor influencia. En toda Cataluña, sin consigna alguna por parte de la CNT, se procedió a **una metódica expropiación de las empresas y propiedades de la burguesía**, las iglesias y conventos, al tiempo que el CCMA hacía en Barcelona un reparto entre las distintas organizaciones de los cuarteles, imprentas, diarios y algunos edificios y hoteles. Las consignas del CCMA eran acatadas por los comités locales y de barrio si no eran contrarias a los intereses revolucionarios, pero encontraban enormes resistencias cuando se consideraba que eran fruto del compromiso con la burguesía y el gobierno de la Generalidad. Al mismo tiempo el CCMA tenía que contar con esos comités locales, si quería que se hicieran realidad sus mandatos. El conflicto interno de los dirigentes de la CNT-FAI, entre los partidarios y los contrarios a la colaboración, se extendía a las problemáticas relaciones entre el Comité Central y los organismos revolucionarios locales. El gobierno de la Generalidad se limitaba a legalizar la realidad social y económica de las colectivizaciones y “conquistas revolucionarias”, como único medio de ir adquiriendo un prestigio y aceptación del que carecía. El CCMA apenas podía gobernar, ni disponer nada, fuera de la ciudad de Barcelona, sin la aceptación y colaboración de los comités locales, o los sindicatos. La debilidad de éstos radicaba en la imposibilidad de consolidarse como un auténtico poder alternativo, a escala de toda Cataluña, sin el apoyo coordinador y centralizador de una organización obrera, y mucho menos en cuenta de todas las organizaciones existentes. (GUILLAMÓN, 2011, p.119-20)

Mas essa situação de duplicidade de poderes não poderia durar muito tempo. Mesmo participando do Comitê de Milícias, a Generalitat buscava recuperar seu poder efetivo, e foi com esse intuito que já em 6 de agosto ela publicou um decreto introduzindo um representante do governo catalão nas empresas que haviam sido coletivizadas, e inicialmente estes representantes nem tinham uma atribuição específica, o que demonstra o quão improvisado era esta tentativa de absorver as empresas. Mas esta lei não foi e não tinha como ser cumprida neste momento, já que a Generalitat não tinha meios de impor seus desígnios por falta de poder efetivo.

No dia 11 de agosto foi criado o Conselho de Economia da Catalunha, cuja função era resolver os problemas econômicos da região, e tinha representantes de todas as organizações e partidos, incluindo os anarquistas, que tentavam por este meio, o da colaboração com outras forças, consolidar as conquistas revolucionárias. Já do lado da Generalitat a ideia era trazer para si o controle da economia da região, já que isso impedia que os comitês de empresa se federassem e avançassem nesse sentido.

Mas essa situação de duplicidade e complementaridade de poderes, já que não existia uma disputa entre eles e colaboravam entre si, não poderia durar muito tempo. Em 27 de setembro de 1936 os anarquistas entraram para a Generalitat, se produzindo um governo com participação anarquista pela primeira vez na história. O Comitê de Milícias

então se tornou inútil e foi dissolvido dias depois, em 1 de outubro. A participação governamental foi justificada pelos anarquistas se dizendo que apenas a direção da guerra caberia à Generalitat, ficando a economia a cargo das organizações operárias, e colocada como circunstancial, já que se estava diante de uma situação especial.

Em 9 de outubro os comitês políticos foram dissolvidos via decreto, e a resistência a ele seria considerado um crime grave. Os antigos poderes municipais seriam restaurados, mas sua composição seria decidida por um decreto da Generalitat. Em 24 de outubro foi promulgado o Decreto de Coletivização, que legalizou as coletivizações que foram feitas até este momento. Tal Decreto também impunha um representante da Generalitat dentro das empresas coletivizadas e ainda demarcava as condições para se proceder à novas coletivizações e mesmo para as já existentes. Isso queria dizer que agora as coletivizações precisavam se submeter aos desígnios da lei, promulgada pela Generalitat, sob pena de ser declarada ilegal, sendo isso um duro golpe à generalização e à autonomia das coletivizações.

Em 16 de outubro, o governo central promulgou um decreto criando o Exército Popular, que seria o novo exército republicano. Todas as milícias teriam que se integrar nele ou não receberiam nenhum tipo de ajuda, principalmente armas e víveres. Tal medida foi um ataque às milícias, que era o coração da luta revolucionária, e por isso ela encontrou muita resistência. Milicianos chegaram a abandonar a frente de combate e voltaram para a retaguarda, causando alguns incidentes. Mas não havia como resistir por muito tempo, a não ser que os dirigentes anarquistas que ocupavam postos no Estado se colocassem abertamente e categoricamente contra a implementação das medidas, o que não ocorreu. Muitos milicianos acabaram aceitando a militarização, tentando adaptar ela a seus propósitos, com sucesso parcial.

No fim de 1936 e começo de 1937 a situação estava ficando cada vez mais tensa na retaguarda. Os comunistas e republicanos faziam campanhas contra as coletivizações e a favor do envio das armas que estavam em poder dos trabalhadores na retaguarda para a frente de batalha, onde faziam muita falta. Mas tais campanhas tinham também a intenção de minar o movimento revolucionário. Os que se opunham à coletivização queriam acabar com o poder armados dos revolucionários e voltar a uma situação em que corpos armados a serviço do Estado tivessem o monopólio da Ordem Pública. Por isso a

campanha contra as armas na retaguarda, ao que os grupos revolucionários replicavam que entregariam suas armas quando os Corpos armados da retaguarda fossem enviados para a frente com suas armas. Assim, as disputas em torno das armas era uma disputa pelo controle da Ordem Pública na retaguarda. E muitos trabalhadores estavam sendo presos por portarem armas, aumentando o descontentamento dos revolucionários, principalmente dos anarquistas, que passaram a criticar seus representantes que ocupavam cargos no aparelho de Estado, que estava em uma fase de rápida reconstrução e de liquidação das conquistas revolucionárias.

Assim, foi se abrindo uma fenda entre os dirigentes anarquistas, que estavam em processo de integração no aparelho de Estado, e os militantes de base, que cada vez mais viam as conquistas revolucionárias se perderem. Dessa maneira, começou a surgir dentro da CNT uma oposição e um movimento crítico em relação à política colaboracionista propugnada pelos dirigentes libertários. As forças descontentes vinham principalmente de milicianos que se debatiam na frente e estavam descontentes com o processo de militarização e de perda das conquistas revolucionárias, e de algumas personalidades importantes que estavam na retaguarda e se opunham ao governamentalismo, e que foram se aglutinando em torno da figura de Jaime Balius⁷.

Balius escreveu vários artigos no *Solidaridad Obrera*⁸ no ano de 1936, no qual defendia as conquistas revolucionárias e a necessidade de fazer frente à contrarrevolução. Escreveu também em outros órgãos da imprensa anarquista, como o *Ideas*, sempre em tom de defesa das conquistas da Revolução. Também foi nomeado diretor do *La Noche* em 26 de janeiro de 1937, pela Federação Local de Sindicatos, embora este periódico não fosse parte da imprensa oficial da CNT, e sim mantido por uma cooperativa de trabalhadores, ainda que a maioria deles pertencessem à CNT. Assim, Balius foi reunindo em torno de si os descontentes com os rumos dos acontecimentos. Tal aglutinação acabará por desembocar na fundação da agrupação *Os Amigos de Durruti*⁹, oficialmente fundada

⁷ Jaime Balius (1904-1980) foi um jornalista e escritor, que na época da guerra civil já havia se convertido ao anarquismo, depois de passar pelo nacionalismo e pelo marxismo.

⁸ O *Solidaridad Obrera*, conhecido também como *Soli*, é o órgão da Confederação Regional do Trabalho da Catalunha e Baleares, a regional catalã da CNT, e na época da guerra civil era um dos principais órgãos de imprensa do país.

⁹ Os Amigos de Durruti foi uma Agrupação que atuou dentro da CNT e que postulava uma série de críticas em relação às consignas da organização, propugnando a retomada e avanço do movimento revolucionário inaugurado com o 19 de julho. Não eram numericamente muito grandes, mas foram bastante ativos e

em 15 de março de 1937, e que atraiu imediatamente a desconfiança por parte dos Comitês responsáveis da CNT e dos anarquistas que propugnavam pela colaboração com as outras forças. Inclusive se pediu várias vezes a expulsão de seus membros da CNT pela imprensa, mas isso esbarrava nos estatutos da própria organização, que proibia que os Comitês expulsassem membros dos Sindicatos, ficando autorizado a fazer isso apenas as assembleias dos Sindicatos. E o fato de que nenhum membro dos Amigos de Durruti foi expulso pelos Sindicatos demonstra ao menos certa cumplicidade, simpatia ou tolerância para com suas ideias.

Após as Jornadas de Maio de 1937¹⁰ se iniciou uma perseguição aos trabalhadores revolucionários. O Estado já estava forte o suficiente para poder atacar a revolução e os revolucionários. Os membros do POUM¹¹ e os chamados “incontrolados” foram considerados culpados pelas lutas de rua e taxados de fascistas emboscados que buscavam minar a unidade antifascista para facilitar a guerra para Franco.

Os Amigos de Durruti, logo após as Jornadas, lançaram seu periódico, chamado *El Amigo del Pueblo*, em referência ao jornal de Marat¹² durante a Revolução Francesa, de onde faziam suas críticas ao colaboracionismo e ao avanço da contrarrevolução, propugnando uma retomada do processo revolucionário.

Já em seu primeiro número, o *El Amigo del Pueblo* fez uma série de duras críticas aos Comitês anarquistas, acusando-os de trair a Revolução.

La gran ocasión de Julio, se perdió por ineptitud y falta de visión práctica. Los dirigentes obreros que representaban a la C.N.T. y a la F.A.I., fracasaron rotundamente. Defraudaron al pueblo. [...] Pero, luego el 3 de Mayo, otra fecha histórica y memorable, y se presentó de nuevo la gran ocasión. Si el error de Julio es perdonable, no ocurre lo mismo con el de Mayo.

atraíram para si a desconfiança dos Comitês anarquistas. Atuaram sempre dentro das organizações libertárias e nunca romperam com suas organizações, apesar de todos os imbróglis e as pugnadas que tiveram com seus dirigentes.

¹⁰ As Jornadas de Maio de 1937 foram uma série de combates que ocorreram principalmente em Barcelona, após uma tentativa de tomada da sede da Telefônica, que estava coletivizada, por forças de segurança pública e apoiada por comunistas e republicanos. Os trabalhadores resistiram e isso gerou um combate nas ruas de Barcelona entre forças pró e contra o movimento coletivizador. Os anarquistas revolucionários pegaram em armas contra esse ataque e seus responsáveis, mas foram desmobilizados pelos líderes da CNT, que propugnavam a continuidade da aliança antifascista e a colaboração nos órgãos governamentais.

¹¹ Partido Operário de Unificação Marxista. Foi um partido marxista não alinhado com o regime de Moscou. Era pequeno, mas bastante importante, e atraiu a fúria dos stalinistas e foi brutalmente perseguido. Muitos ainda hoje qualificam o partido de trotskista, o que não é correto, pois a ideia do partido era reunir todos os marxistas dissidentes, o que incluía alguns trotskistas, mas não se limitava a eles. O próprio Trotsky, inclusive, chegou a fazer críticas ao partido.

¹² Jean-Paul Marat (1743-1793) foi um importante personagem da Revolução Francesa e que editou um jornal cujo nome foi apropriado pelos Amigos de Durruti para seu periódico.

Aquí ya no cabe la palabra error; aquí sólo cabe la palabras traición. (ROIG, 19 mai. 1937, p. 2)

Mais tarde, o Amigo del Pueblo acabou retificando a acusação feita aos Comitês libertários em um artigo assinado pelo próprio Balius, depois de uma pugna com os comitês regionais da CNT e da FAI, que pela imprensa lançavam a “acusação” de marxista, a que ele negava.

Pregunto a los camaradas que tal insinuación han lanzado, ¿el por qué me llaman marxista? ¿Es por ventura que yo sea marxista, porque soy un enemigo acérrimo de los partidos políticos pequeños burgueses y de toda la gentuza que en nombre de la revolución se han lucrado y todavía se lucran a pesar de que se derrama la sangre a torrentes en los campos de batalla? ¿Se me llama marxista porque soy anticolaboracionista y porque comprendo que nuestra posición fortalece, tan sólo, a nuestros adversarios? ¿Se me llama marxista porque yo he tenido la franqueza de escribir y de llevar a la luz pública, lo que otros camaradas sólo se atreven a decir en las mesas de café? ¿Por qué me achaca tal condición? ¿Es debido a que yo em mayo consideré que debía llevarse adelante el movimiento hasta la total anulación de la Generalidad? ¿Será por mi criterio de que la sangre no ha de derramarse estérilmente y que cuando se exige el sacrificio a la clase trabajadora ha de ser para beneficiarse, pero no para perder posiciones? Necesito una aclaración. Es preciso que se me diga – si es que se me considera como un camarada – el por qué se me ha dicho marxista. No me refiero a la palabra de agente provocador porque sobre esto hay un compromiso firme de que ambas partes rectificarían los epítetos lanzados. Los Amigos de Durruti en el pasado número rectificamos el concepto de traición, en aras de la unidad anarquista y revolucionaria. Y ESPERAMOS QUE LOS COMITES rectificarán el concepto de agentes provocadores. Es de justicia. Es para mí doloroso que en el momento actual que vivimos haya quien se atreva a llamarme marxista cuando yo podría refutar con argumentos incontrovertibles a quienes me enjuician con una expresión que está fuera de lugar. Yo que asisto a las asambleas de los sindicatos y que acudo a reuniones específicas, podría hablar de la pérdida de sentido de clase que he observado en diversas ocasiones. He oído a decir que teníamos que hacer política – así, camaradas – en un sentido abstracto y casi nadie ha protestado. Yo que me he horrorizado ante un sinfín de casos se me llama marxista porque me siento revolucionario, cien por cien. (BALIUS, 22 jun. 1937, p. 3)

Essas acusações, feitas pelos Amigos de Durruti em seu periódico, particularmente a de que os Comitês tinham traído a Revolução, fez com que os Comitês cenetistas exigissem que a Agrupação apresentasse provas de suas denúncias, e em caso negativo, que fossem expulsos da Organização por lançar falsas acusações. Mas os Amigos de Durruti não se intimidaram e ante à desautorização da agrupação feita pelos Comitês, fizeram mais críticas:

No nos ha sorprendido la desautorización de los llamados comités responsables de la C.N.T. Sabíamos, de antemano, que estos Comités no podían hacer otra cosa que entorpecer el avance del proletariado. Conocemos

sobradamente a los TREINTISTAS que están en el comité Regional. (ROIG, 19 mai. 1937, p. 2)

Os Amigos de Durruti também defendiam que a guerra não poderia de nenhuma maneira ser separada do processo revolucionário, e que o modo de se acabar com as dificuldades por que se passava era a socialização dos meios de produção. “A la guerra hemos de contribuir todos. Aportando todos nuestro peculio y nuestro esfuerzo. La solución radica en socializar la riqueza del país y poniendo todo el común al servicio de la guerra [...]” (LA GUERRA..., 26 mai. 1937, p. 3).

Outra bandeira levantada pelos Amigos de Durruti em seu periódico era o combate à contrarrevolução, identificada com a pequena burguesia e os comunistas, que lhes davam apoio.

Estos partidos que de marxistas sólo tienen el nombre, han demostrado, en el transcurso de su historia y en el terreno político, estar a la misma altura, en cuanto a escrúpulos se refiere, de los partidos de turno de la Monarquía. Ateniéndose a al táctica jesuítica – de justificar los medios por el fin perseguido –, se han erigido – aunque en detrimento de la misma clase que dicen representar –, en defensores de la pequeña burguesía. Les importa muy poco el porvenir económico y moral del proletariado. [...] Las pequeñas industrias e comercios, en manos de la burguesía, son armas esgrimidas por el fascio contra la revolución. (ATARCA, 1937, p. 3)

Uma das grandes propostas dos Amigos de Durruti, embora não fosse exatamente uma novidade, era a da criação de uma Junta Revolucionária como alternativa ao governamentalismo propugnado pelos líderes da CNT. Esta proposta já tinha sido feita em um panfleto distribuído durante as Jornadas de Maio, e reapareceu no Amigo del Pueblo. Embora não deixe claro como seria exatamente essa Junta, o periódico escreveu: “[...] una Junta revolucionaria que mientras durase la guerra ejercería un control y dirección de ella, y que velaría por el cumplimiento exacto de los anhelos del proletariado durante la guerra y después de la contienda bélica” (UNA..., 22 jun. 1937, p. 4).

Os Amigos de Durruti perceberam também o que significava as campanhas pelo recolhimento de armas na retaguarda, e a denunciaram como um avanço da contrarrevolução. Interpretaram o desarmamento da retaguarda como o “desarme de la clase trabajadora” (El GOBIERNO..., 26 mai. 1937, p. 4). E sobre isso o periódico também levantou dúvidas em relação aos Comitês e sua relação com a campanha do desarmamento: “Ha aparecido em la “Gaceta” el decreto de desarme. Em Reus ha

empezado a practicarse. ¿Cuenta con el beneplacito de los representantes de la C.N.T. en los ministerios?” (EL AMIGO DEL PUEBLO, 19 mai. 1937, p. 2).

Os Amigos de Durruti também usaram seu periódico para fazer denúncias em relação ao governo Negrín, qualificado como contrarrevolucionário “cien por cien” (EL AMIGO DEL PUEBLO, 12 jun. 1937, p. 1-3). E isso enquanto os Comitês cenetistas buscavam meios de fazer parte do chamado “Governo da Vitória”, como foi chamado o governo de Negrín, o que ocorreu em abril de 1938, quando a CNT voltou a ostentar cargos no aparelho de Estado central.

Os Amigos de Durruti também desenvolveram reflexões sobre os movimentos de julho de 1936 e os de maio de 1937, fazendo alguns paralelos entre eles. Em várias ocasiões eles afirmaram que em julho se abandonou os princípios pelo qual regia o anarquismo espanhol. Então, analisando as origens desse processo, os Amigos chegaram à conclusão de que isso ocorreu por conta da falta de um programa revolucionário que guiasse as ações dos anarquistas, ficando eles à deriva em um momento em que deveriam saber exatamente como agir, e se propuseram a buscar um programa revolucionário, que tinha como um de seus pilares a criação da já citada Junta Revolucionária.

La trayectoria descendente ha de atribuirse exclusivamente a la ausencia de un programa concreto y de unas realizaciones inmediatas y que por este hecho hemos caído en las redes de los sectores contrarrevolucionarios en el preciso momento que las circunstancias se desenvolvían netamente favorables para una coronación de las aspiraciones del proletariado. Y al no dar libre cauce a aquel despertar de julio, en un sentido netamente de clase, hemos posibilitado un predominio pequeño-burgués que de ninguna de las maneras podía producirse si en los medios confederales y anarquistas, hubiese prevalecido una decisión unánime de asentar el proletariado en la dirección del país. (UNA..., 22 jun. 1937, p. 1)

Os Amigos de Durruti publicaram doze números de seu periódico, sendo que o último saiu em 1 de fevereiro de 1938. Sempre com o mesmo tom crítico em relação ao colaboracionismo e denunciando a contrarrevolução e as perseguições aos trabalhadores revolucionários, a que comparavam até com o período da ditadura de Primo de Rivera, os Amigos de Durruti nunca romperam com a CNT ou com o anarquismo. Quando do final da guerra civil, alguns de seus membros conseguiram fugir para o exílio. Balius, o grande animador da Agrupação, conseguiu ir para a França. De lá, após a invasão alemã em 1940, foi para a América, se instalando no México. Nos anos 1960 ele voltou para a França, morrendo em 1980.

Referências

AMORÓS, Miquel. LA REVOLUCIÓN TRAICIONADA: La verdadera historia de Badius y Los Amigos de Durruti. Barcelona: Virus Editorial, 2003.

ATARCA. La Pequeña Burguesía y la Revolución. **El Amigo del Pueblo**. Barcelona, 22 junho 1937.

BALIUS, Jaime. En Defensa Propia Necesito de Una Aclaración. **El Amigo del Pueblo**. Barcelona, 22 junho 1937.

El Amigo del Pueblo. Barcelona, 12 junho 1937.

El Amigo del Pueblo. Barcelona, 19 maio 1937.

El Gobierno Negrín. **El Amigo del Pueblo**. Barcelona, 26 maio 1937.

GUILLAMÓN, Agustín. Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938). Barcelona: Aldarull, 2011.

La Guerra y la Revolución. **El Amigo del Pueblo**. Barcelona, 26 maio 1937.

OLIVER, Juan García. El Eco de los Pasos. Barcelona: Ruedo Ibérico, 1978.

ROIG, Eleuterio. Dos Fechas Julio-Mayo. **El Amigo del Pueblo**. Barcelona, 19 maio 1937.

Una Nueva Fase de la Revolución. **El Amigo del Pueblo**. Barcelona, 22 junho 1937.

Una Teoría Revolucionaria. **El Amigo del Pueblo**. Barcelona, 20 julho 1937.